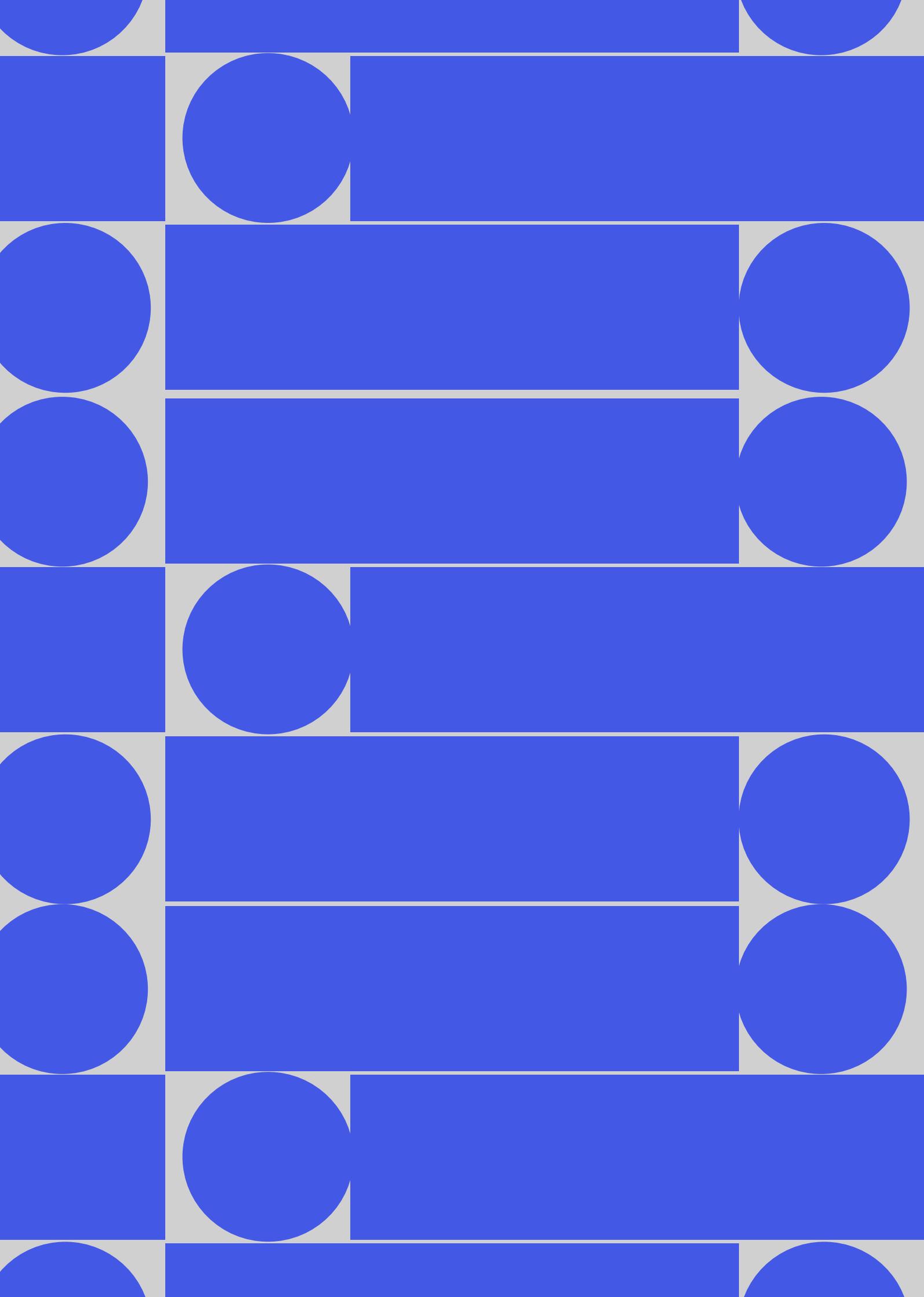


**INICIATIVAS DE
LIDERANÇAS
INDÍGENAS**



+REPRE SENTATI VIDADE

Principais aprendizados 04

Introdução 06

Iniciativas de lideranças indígenas 10

Considerações finais 35

Referências bibliográficas 38

Conheça a pesquisa completa 41

Foram identificadas 9 iniciativas de lideranças indígenas, das quais 7 aceitaram conceder entrevistas. Das 7 iniciativas, 1 atua nacionalmente, 5 se concentram entre as regiões Norte e Nordeste do país, e apenas 1 está no Centro-Oeste.

Das 7 organizações entrevistadas, 6 possuem CNPJ regular para acesso e captação de recursos.

Todo o trabalho é feito de forma voluntária, incluindo o das lideranças. A média de pessoas voluntárias é de 75, mas com uma ampla variação, que vai de 7 a 350 integrantes.

Cinco das 7 iniciativas estão dedicadas ao fortalecimento de direitos das mulheres indígenas.

[Iniciativas indígenas ainda estão iniciando seus processos de formação e apoio a candidaturas.. Por enquanto, elas concentram seu trabalho de apoio na identificação de potenciais candidatas e candidatos,, incentivo a candidaturas e no fornecimento de informações sobre o funcionamento das eleições.](#)



PRINCIPAIS APRENDIZADOS



O desejo de realizar formações existe, mas as iniciativas relatam dificuldades em 1) conseguir financiamento; 2) estabelecer parcerias; e 3) priorizar os programas diante de demandas emergenciais.

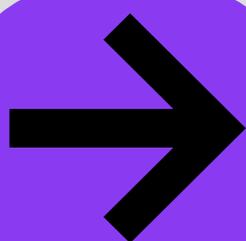
As iniciativas têm mais dificuldades de obter financiamento em editais cujas rubricas apresentam mais rigidez quanto à condução e à utilização dos recursos, uma vez que suas demandas são plurais.

Mesmo assim, as iniciativas indicaram terem apoiado entre 1 e 2 candidatas/os por organização.

Há articulação política entre as iniciativas e o Estado, sobretudo com o Ministério dos Povos Indígenas. Das iniciativas, inclusive, originaram-se indicações entre lideranças para ocupar posições no Ministério e na Funai.

PRINCIPAIS APRENDIZADOS

1



INTRODUÇÃO

Em termos gerais, as iniciativas de apoio a candidaturas possibilitam um suporte a candidatas e candidatos em seus percursos eleitorais e políticos, sobretudo preenchendo lacunas não supridas pelos partidos políticos, que envolvem estruturação e construção de uma campanha política. No entanto, como será possível notar, as iniciativas de lideranças indígenas, tema deste relatório, encontram-se em um momento que precede tais objetivos, uma vez que estão se organizando para poderem atuar no apoio e formação de pessoas para a política.

A participação de pessoas indígenas no processo eleitoral vem aumentando nos últimos anos. Nas últimas eleições, especialmente em 2022, observamos a ampliação dessas candidaturas, alcançando 183 nomes (aumento de 47% em relação aos 124 de 2018¹). Para compreender os obstáculos e desafios relacionados a essas candidaturas, entrevistamos lideranças de organizações dos principais movimentos envolvidos com a construção da representação indígena na política institucional.

As informações coletadas sugerem que as iniciativas indígenas, quando comparadas com a maioria das iniciativas de apoio a candidatas e candidatos analisadas nos outros relatórios, se encontram em uma etapa na qual estão sendo avaliados os caminhos para uma atuação mais efetiva no campo da representação política.

Neste Relatório, traremos informações sobre as iniciativas indígenas que estão trabalhando com a perspectiva do aumento da representação de indígenas na política institucional e com a possibilidade de iniciar um trabalho de formação política para cargos eletivos com as lideranças de suas organizações.

DE ONDE VÊM OS DADOS E COMO FORAM ANALISADOS?

As iniciativas indígenas de apoio a candidaturas analisadas neste Relatório integram um subgrupo que é composto por três diferentes recortes das iniciativas: 1) as iniciativas aceleradas pelo edital de fomento do Instituto Update; 2) as iniciativas não aceleradas pelo edital e, por fim, no que re-

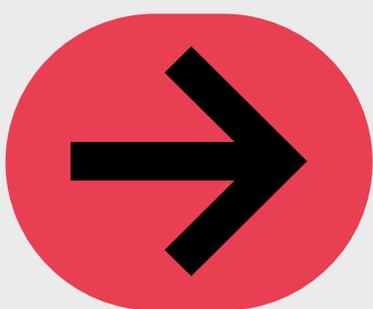
1. É importante mencionar que, apesar do aumento, as candidaturas equivalem a 0,6% do total de candidaturas em 2022.

sulta este Relatório; e 3) as iniciativas indígenas. Das 9 iniciativas selecionadas para a composição da amostra, 7² aceitaram participar de entrevistas em profundidade, a partir de um roteiro semiestruturado, contendo 36 perguntas abertas.

As entrevistas foram gravadas, com o consentimento das/os entrevistadas/os. Todo o material foi transcrito e codificado de acordo com a expectativa teórica desta análise. Para tal finalidade, foram criadas categorias a partir do roteiro da entrevista, o que possibilitou a construção de uma base de dados e a análise de ocorrência e coocorrência dos atributos das iniciativas; e, principalmente, a observação de padrões de atuação entre as iniciativas, principal objetivo deste estudo.

2. Apesar de 7 iniciativas terem participado, uma delas, o Conselho Indígena de Roraima (CIR), respondeu apenas parcialmente; assim, em muitos casos, iremos nos referir a 6 iniciativas entrevistadas.

2



CONTEÚDO

INICIATIVAS DE LIDERANÇAS INDÍGENAS

1. O surgimento das iniciativas indígenas: motivações e propósitos

As iniciativas indígenas que participaram da pesquisa iniciaram e regularizaram suas atividades entre 2000 e 2021. A única exceção é a organização Conselho Indígena de Roraima (CIR), criada ainda nos anos 1990. Os dados da amostra refletem um movimento indígena que está se fortalecendo e que esteve envolvido com a política no país, sobretudo no período do Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH3)³ em 2009, ocasião em que se avançou na garantia de regularização e desintrusão das terras indígenas. Marciane Tapeba, da Articulação das Mulheres Indígenas no Ceará (AMICE) explica como vem funcionando, ao longo do tempo, essa construção.

Desde então, a AMICE existe como pessoa jurídica. E desde então a gente já teve várias mulheres Tapeba, Jenipapo-Kanindé, mulheres Taquari; hoje, eu estou à frente da coordenação, mas a gente costuma dizer que é uma formação coletiva. Não toma nenhuma decisão sozinha sem consultar as meninas. Elas também articulam as mulheres. Fizemos levantamentos recentemente e temos mais de 30 organizações, coletivos locais, grupos locais que trabalham com o artesanato, a espiritualidade, a medicina tradicional e as danças. Então, nós temos esse desdobramento. Todos os povos. – Marciane Tapeba (AMICE).

A motivação para a criação de iniciativas indígenas não segue um padrão semelhante ao das demais iniciativas não indígenas, como apresentado nos nossos relatórios sobre iniciativas aceleradas e não aceleradas pelo edital de fomento. Diferentemente daquelas que surgiram com um propósito, muitas vezes, diretamente relacionado ao apoio e à formação de candidatas e candidatos, as iniciativas de apoio a lideranças indígenas surgiram com foco em outras finalidades, de caráter substantivo, tais como a proteção do território indígena e a promoção da autonomia das pessoas indígenas nas decisões que as afetam diretamente, evitando a tutela. Maria Elena Gavião, da Articulação das Mulheres Indígenas do Maranhão (AMIMA), conta um pouco sobre esta origem.

3. Mais informações sobre o PNDH3 em: https://www.geledes.org.br/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3-decreto-7-037-de-21-de-dezembro-de-2009/?amp=1&gclid=CjwKCAjwhJukBhBP EiwAnilcNeChuryJeVkecqMLn_6Wou8P9e4s7hUzxrDXz1gr3ia-bASi DFXUyNRoCSD4QAvD_BwE. Acesso em: 31 ago 2023.

A AMIMA, ela já já trabalhava, foi criada na verdade pras pessoas e hoje, de fato, foi a própria Soninha, a criadora da Amina, a Soninha, e através dela é que teve essa visibilidade de poder estar junto nessa luta, juntamente com outras organizações. Então, a gente olhava a luta das outras mulheres não-indígenas. Como é que vai funcionar? E a gente começou a pensar cara, a gente tem potencial de poder fazer toda essa, essa conversa de toda essa articulação, para que a gente pudesse entender melhor e também avançar nesse sentido. – Maria Elena Gavião (AMIMA).

Das 7 iniciativas entrevistadas, 4 se declararam mais próximas de nomenclaturas associadas ao ativismo político, mobilizando termos como articulações, movimentos sociais e coletivos. Ao mesmo tempo, uma se declarou como organização da sociedade civil ou ONG e uma como associação. Cinco destacaram especificamente suas identidades relacionadas à questão dos direitos da mulher indígena.

A articulação das mulheres indígenas em organizações segue uma trajetória que remonta aos anos 1980, com a criação de organizações localizadas na Região Amazônica – a AMARN e a AMITRUT –, e prosseguem no início dos anos 2000, com a criação da DMI/COIAB, da APOINME e ARPINSUL (SEGATO, 2021, p. 123), expandindo geograficamente, incluindo também as regiões Nordeste, Sudeste e Sul do país. O trabalho com pautas que sejam importantes para elas é mencionado por Marcia Tapeba (AMICE):

A gente está pautando pautas gerais, a luta pelo território da educação, pela saúde, mas também porque a gente quer discutir pautas das mulheres. Então, a AMICE surgiu nessa perspectiva de empoderar também essas mulheres, pra estarem na frente também, tomando a fala, fazendo empoderamento, porque ainda existe o tabu de que as mulheres atuam mais em nível local, e a nível regional a gente vê mais homens, em nível nacional também, então tem alguns impedimentos. A família, o próprio machismo também. Com relação a isso, a gente precisa ir desconstruindo aos poucos e não pode bater de frente. A gente tem que construir estratégias que possam colocar, pra todo mundo entender, que

3. Uma candidata não respondeu a essa pergunta específica.

a mulher também pode assumir esse papel de protagonista.
– Marciane Tapeba (AMICE).

Ainda que a existência das associações indígenas remonte a outras décadas e outros propósitos — o que as faz se verem muito associadas ao trabalho de promover agendas de direitos, inclusive atuando por meio de advocacy e pressão —, os tempos recentes vêm fazendo com que também se identifiquem como promotoras de autonomia entre as mulheres indígenas, em busca de uma maior presença desses grupos na representação política e nas esferas de decisão, como será explicitado na próxima seção.

2. O momento atual das iniciativas: conjuntura e motivações

A maioria das iniciativas entrevistadas menciona a importância da participação na política institucional como uma oportunidade de dar visibilidade a grupos tradicionalmente marginalizados, de viabilidade de direitos e políticas públicas desenvolvidas e implementadas de forma mais autônoma, sem a intermediação de representantes que não sejam indígenas. Adicionalmente, há, entre as organizações, a representação das mulheres indígenas como uma pauta importante para a garantia de seus direitos, conforme menciona Fabrycia Sabane, do Mulheres Guerreiras de Rondônia (AGIR).

Eu vejo que hoje a luta da população indígena é quase a mesma luta dos quilombolas, dos ribeirinhos. Muitas vezes a gente não é tomado, não é consultado em decisões que nos afetam diretamente. Então, acho que esses movimentos foram criados justamente para estar inserindo essas pessoas nesses espaços, para tomar decisão daquilo que envolve eles também. – Fabrycia Sabane (AGIR).

Ao mesmo tempo, uma vez que a percepção de que a entrada na política institucional é um dos fatores que permitem reforçar e fortalecer o movimento pelos direitos das pessoas indígenas, ela é encarada como uma dimensão incorporada no debate desses grupos e da pauta dos movimentos sociais indígenas. Ronaldo Amanay, da Federação dos Povos Indígenas do Pará (FEPIPA), comenta sobre a importância de ocupar espaços.

A gente foi observando que nós precisamos ocupar esses espaços. Na verdade, eu sempre digo [para] todos eu tenho uma ideia aqui. Por exemplo, para mim, na minha visão, todos os municípios que têm representação indígena, independente de qual seja o quantitativo, teriam que ter, no mínimo, uma vaga no Legislativo. Eu me refiro às três instâncias. Porque se nós somos povos diferentes, nós temos visões diferentes aqui. E sem falar de todo o genocídio físico e cultural que sofremos. – Ronaldo Amanay (FEPIPA).

Além desses aspectos, outro ponto mencionado foi a questão conjuntural de ameaça de direitos, que ficou mais premente nos anos 2019-2022. Das 7 organizações que participaram da pesquisa, 4 identificaram que o contexto político, ou seja, a preocupação em conter as ameaças aos direitos a partir do governo de Jair Bolsonaro, eleito em 2018, foi um elemento relevante que impulsionou e favoreceu a iniciativa de empreender na política formal. É o que reitera Fabrycia Sabane (AGIR):

Vejo que nos últimos anos tem sido um sentido, uma grande motivação para os indígenas estarem entrando na política, justamente como muitas das leis que são criadas hoje, elas afetam diretamente as populações indígenas, os territórios indígenas, esses direitos indígenas. E a gente vê que hoje a gente tem muitas organizações e ONGs e que estão incentivando, dando essa formação para indígenas, para se envolverem na política. Justamente por isso que a gente tem os nossos direitos garantidos na Constituição Federal, mas que não são respeitados os nossos territórios. Eles têm sido constantemente atacados pelos garimpos ilegais, retirada de madeiras, grilagem, arrendamento de terras, o que acaba ocasionando. A gente acaba perdendo um pouco dos espaços do nosso território e nós, enquanto indígenas, estamos notando que se a gente não começar a se inserir dentro da política para estar buscando leis que protejam os nossos direitos, que protejam os nossos territórios, a gente vai acabar perdendo nosso território. Eu acho que isso é uma das nossas grandes motivações que está protegendo nossos territórios, nossa saúde, nossa educação.” – Fabrycia Sabane (AGIR).

Segundo as iniciativas entrevistadas, a percepção de que ocupar espaços nas esferas de poder era o que permitiria que mudanças reais ocorressem foi o que levou à intensificação de sua atuação. Além disso, a preocupação com a ameaça aos seus direitos também foi um fator de mobilização. Dessa forma, muitas delas passaram a trabalhar de forma mais constante e estruturada em busca de mais representação.

Pela pesquisa, identificamos que o movimento das iniciativas de lideranças indígenas vem ocorrendo em diferentes locais do Brasil, mas apresentando muitas semelhanças na forma de atuação.

3. O momento atual das iniciativas: atuação e ecossistema

Das 7 iniciativas, apenas uma delas tem abrangência nacional. As demais trabalham com foco específico em determinados estados brasileiros, como é possível ver na Tabela 1. Das 7 lideranças entrevistadas, 1 atua nacionalmente, 5 se concentram entre as regiões Norte e Nordeste do país e, por fim, apenas 1, Mandato Coletivo do Distrito Federal⁴, está localizada e tem abrangência no Centro-Oeste.

Tabela 1 - Abrangência de atuação das iniciativas e parcerias realizadas

INICIATIVA	REGIÃO
AMIMA	Maranhão
AGIR	Rondônia
ANMIGAw	Nos 6 biomas brasileiros
Mandato Coletivo do Distrito Federal	DF e Goiás
FEPIPA	Pará
AMICE	Ceará
CIR	Roraima

Geralmente, a atuação territorial está muito relacionada à própria limitação de recursos, uma vez que é bem menos custoso atuar em regiões específicas e próximas. A única iniciativa com atuação mais ampla é a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), que já pôde se estruturar de maneira mais efetiva do que as demais.

4. Apesar de ser chamado Mandato Coletivo do Distrito Federal, não se trata de um mandato eleito.

Outra pergunta do questionário, dizia respeito à relação das iniciativas de lideranças indígenas com outras organizações do ecossistema. Quando se trata de referências, identificamos que as iniciativas mencionam organizações mais antigas, já bem estruturadas e com abrangência – ou, ao menos, reconhecimento – nacional. Uma vez que a população indígena já está organizada há algumas décadas, como forma de garantir que suas demandas possam ser encaminhadas, elas são reconhecidas também pelas iniciativas mais recentes como um referencial. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e ANMIGA aparecem como importantes referências, como é possível identificar na Tabela 2.

Tabela 2 - Organizações consideradas referências

INICIATIVA	REFERÊNCIAS
AMIMA ⁵	-
AGIR	União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira / ANMIGA
ANMIGA	AGIR/ APIB
Mandato Coletivo do Distrito Federal	Mulheres do Xingu
FEPIPA	COIAB / APIB
AMICE	APOINME / ANMIGA
CIR	-

Se, por um lado, as iniciativas mantêm um bom contato com organizações indígenas, a maioria das iniciativas entrevistadas informou não ter uma relação já estabelecida com o movimento negro. Apesar disso, elas reconhecem a existência de uma pauta comum, bem como manifestaram sua abertura para estabelecer um diálogo que procure identificar quais seriam essas agendas, como afirmou Brulina Baniwa, da ANMIGA.

Ainda não temos. Nós pretendemos fazer. Queremos fazer uma parceria mais para a frente. A gente tem uma pauta comum, a gente quer construir essa agenda com outros movimentos, não só com mulheres negras, mas também com outras. E a gente tem feito isso em alguns encontros. – Brulina Baniwa (ANMIGA)

5. AMIMA e CIR não responderam à questão sobre as referências.

A AMICE uma parceria pequena com mulheres rurais, sobretudo ligadas ao MST.

Sobre as possibilidades de participação, todas as organizações indígenas entrevistadas para esta pesquisa afirmam ter uma postura aberta a pessoas que se autodeclaram indígenas, mas, ao mesmo tempo, como se trata de organizações que se articulam entre si e entre as aldeias, isso facilita a identificação dos parentes, mesmo aqueles que passam pela autodeclaração, como explica Maria Elena Gavião, da AMIMA.

“Sim. Inclusive teve gente que até nós, do movimento indígena, a gente não tem esse preconceito. Muito pelo contrário, a gente quer agregar as pessoas que puder estar junto com a gente nessa luta, porque não é fácil se autodeclarar ou se autorreconhecer como indígena. E nós, do movimento, a gente não. Vai parar para questionar, muito pelo contrário, a gente tá lá, tá junto nessa luta que não é fácil. – Maria Elena Gavião (AMIMA).

Braulina Baniwa (ANMIGA) tem uma visão um pouco diferente, assim como Ronaldo Amanay (FEPIPA).

Nossa articulação é mais nacional e a parenta que virá ou que veio como candidata, ela tem que vir pela indicação das mulheres, dos territórios. – Braulina Baniwa (ANMIGA).

Lógico. Todos os indígenas de verdade a gente vai conhecer. Antes eu não usava esse termo, né? Eu mesmo falava assim tipo, algumas pessoas me veem, você parece indígena de verdade, pois existe indígena de mentira, né? E pior que hoje eu mudo meu discurso, hoje existe de mentira. – Ronaldo Amanay (FEPIPA).

A autodeclaração não parece ser um empecilho para o acolhimento da identidade indígena, desde que a pessoa não seja estranha ao coletivo indígena, sobretudo quando existe um movimento indígena fortalecido que se organiza e se encontra nos Acampamentos Terra Livre (ATLs). Ronaldo Amanay, da FEPIPA, denuncia alguns casos.

Não dá para fazer, como tem muitos aqui no próprio estado do Pará, que se diz ser pertencente de determinado povo, e o próprio povo botou uma carta pública dizendo que eles não fazem parte da história dele, não condiz em nenhuma raizinha lá mais fundo possível que ele é pertencente daquele povo. E está acontecendo muito isso, inclusive aqui na Ilha do Marajó, estou sabendo de um movimento que está acontecendo que tem muitas pessoas que querem se identificar como indígenas. Aí você pergunta por que esses povos estão se autodeclarando, e com o qual objetivo? O objetivo é lucrar, pra ser bem claro, é lucrar e pegar as políticas públicas de pessoas que lutaram para caralho para conseguir e ter acesso também. – Ronaldo Amanay (FEPIPA).

4. O momento atual das iniciativas: objetivos

Dos grupos entrevistados, os principais objetivos destacados, por ordem de prioridade e frequência, dizem respeito à 1) ocupação de espaços de poder, com autonomia na tomada de decisão de pessoas indígenas; 2) seguida pelo fortalecimento e empoderamento das mulheres indígenas; e 3) pela proteção territorial associada à questão ambiental. Algumas iniciativas mencionam especificamente a eleição de representantes indígenas entre várias outras finalidades mais emergenciais, como é o caso de Braulina Baniwa, da ANMIGA.

Nossa grande pauta é com relação à vida, que é o corpo-território indígena, mulher seja livre e respeitada em diversos espaços e, para além disso, temos políticas públicas que resguardam esses corpos. A luta maior é além de, para além do palanque, é também pensar nas crianças que ainda estão por vir, então, é a luta pela vida mesmo” – Braulina Baniwa (ANMIGA)

Edinho Roraima, do CIR, destaca a importância das agendas ambientais.

Nosso grande objetivo é fazer com que as sociedades indígena e não indígena tenham certeza de que para ter qualidade de vida hoje, no Brasil e no mundo, é preciso fazer a conservação e a preservação da maior riqueza que a gente tem, que é fazer a manutenção das questões ambientais. Por exem-

plo, ter uma floresta em pé, levar água potável e solo sem contaminação, ter um ar puro para respirar. Essa é a grande bandeira que a gente hoje enfrenta para poder plantar essa semente na mente das pessoas, e as pessoas de fato acreditarem que isso é possível fazer. Mas não é. Não depende da organização, depende de uma força política, depende de uma força ideológica também. – Edinho Roraima (CIR).

Para alcançar esse objetivo, as iniciativas vêm realizando algumas atividades e proporcionando determinados serviços e apoios para pessoas indígenas que querem se candidatar.

5. A atuação das iniciativas: o que fazem e o que planejam fazer

O entendimento de que, para a efetividade do esforço empreendido pelos movimentos, era necessário entrar na política institucional e, para tal, aumentar a formalização, fez com que muitas iniciativas começassem a trabalhar com vistas a um processo de maior estruturação. O registro e regularização são compreendidos como dimensões importantes para a captação de recursos e financiamentos dos trabalhos desses grupos. A percepção de que a regularização ajuda no momento da captação é comum às 7 organizações indígenas; todas elas, com exceção do Mandato Coletivo do Distrito Federal, possuem CNPJ. Ronaldo Amanay, da FEPIPA, explica parte do processo:

A partir de 2016 a gente pensou o seguinte: a gente vai ter que criar alguma organização indígena para que a gente possa ter acesso a determinados projetos, apoios, porque sempre que os apoiadores “não, vocês são [apenas] um coletivo, precisa de uma organização jurídica.” – Ronaldo Amanay (FEPIPA).

Ainda que a motivação de criação das organizações não passe, inicialmente, pelo objetivo de apoio ou de formação de candidatas e candidatos, existe um processo em curso e há uma tendência de que programas venham a ser desenvolvidos para as próximas eleições municipais e federais, respectivamente, em 2024 e 2026. Das 7 iniciativas entrevistadas, 6 estão começando a desenvolver projetos de formação de candidatas e candidatos.

Em 2022, apenas a AGIR mencionou ter realizado um curso de gestão pública, e ANMIGA citou as caravanas presenciais nos territórios. Fabrycia Sabane, da AGIR, conta sobre esta experiência.

A gente vem realizando oficinas com formação em gestão pública. E apoio, apoio, apoio, é a gente oferecendo nós, nós somos os apoios. Mas a gente sempre busca parcerias, igual a gente buscou a parceria com o Update que acho que foi, acho que a Marciele, a Leonice e a Maria Fernanda participaram da oficina do Update, que foi bastante boa para a gente estar trabalhando na candidatura da Leonice. A gente trabalha com o que a gente pode. A gente não tem recursos. – Fabrycia Sabane (AGIR).

Assim, apesar de as iniciativas indígenas, em certas entrevistas – especificamente AGIR, AMICE e ANMIGA –, mencionarem que realizaram algum tipo de formação, trata-se de capacitações iniciais, que envolvem fornecer informações sobre candidaturas e partidos para as mulheres indígenas terem um acesso preliminar ao sistema eleitoral. No caso da AMICE, por exemplo, a formação passava por temas como a emancipação feminina e pelos direitos das mulheres. A AGIR, com experiências prévias com pessoas eleitas, preocupou-se em dar o máximo de informações sobre o dia a dia da política, como relata Fabrycia Sabane.

A gente teve casos de nossos parentes ter dois mandatos e nesses dois mandatos não conseguir ter feito um projeto, não conseguir levar uma melhoria para dentro do seu território, pro seu povo. Então, acabou sendo eleito pela comunidade. Mas na hora de exercer o trabalho, não tem aquela segurança, não sabe como é que funciona e isso acaba deixando eles passando tempo e não realizam atividade nenhuma. – Fabrycia Sabane (AGIR).

As demais iniciativas pretendem fazer sua primeira formação nas próximas eleições, indicando que mudaram suas prioridades a partir do ano eleitoral de 2022.

No contexto atual, o apoio e a articulação de candidaturas se apresentam como um trabalho de fortalecimento das pautas

por direitos das pessoas indígenas associadas aos outros propósitos em que estão engajados. Assim, a estratégia de formação de candidatas/os ainda é um desejo a ser concretizado. A maioria das iniciativas de lideranças indígenas se encontra em uma fase na qual o primeiro passo começa a ser dado, com as atenções voltadas à articulação e a algum apoio às candidaturas.

Fabrycia Sabane, porém, também menciona alguns desafios.

A gente tá pensando agora numa formação pra gente. Já tenho alguns nomes pra formação que elas estão querendo sair candidata a vereadora. Só que a gente ainda não conseguiu recursos para a formação, pessoas para dar essa formação para essas mulheres que queiram ingressar na vida política, né? Então é isso. Como eu disse, a gente não tem recurso nenhum, a gente vive na base do pedir e isso tem sido um pouco complicado. No ano que vem já começa a campanha e a gente precisa realmente fazer essas formações com essas mulheres que a gente sabe que têm esse interesse de estar na política. – Fabrycia Sabane (AGIR).

Enquanto não conseguem levar adiante as formações, as atividades realizadas passam por caravanas e oficinas. Todas as 7 organizações entrevistadas também mencionaram que as atividades realizadas incluíam também aspectos da cultura, artesanato e medicina tradicional.

6. Manutenção e recursos: o papel de voluntárias e voluntários e do financiamento.

De acordo com as sete iniciativas entrevistadas, todas as pessoas envolvidas trabalham voluntariamente. O entendimento é de que a motivação passa pelo desejo de “mudar o estado das coisas”, conforme destaca o representante da FEPIPA.

A força de vontade para que as coisas possam de fato acontecer. – Ronaldo Amanay (FEPIPA).

A conexão gerada por defenderem uma agenda comum, de forma coletiva, também é mencionada por Marciane Tabeba (AMICE) como um incentivo ao trabalho voluntário.

São muitas dificuldades, mas o trabalho coletivo ele ensina, ele sensibiliza, ele fortalece. Na nossa assembleia, a gente sempre se reúne para ter um momento de espiritualidade, de bênção, de contato com a natureza. Isso fortalece. – Marciane Tapeba (AMICE).

Apresentamos, na Tabela 3, a composição de participantes nas iniciativas, de acordo com as informações fornecidas nas entrevistas.

Tabela 3 - Composição de voluntários das iniciativas

ORGANIZAÇÃO	COMPOSIÇÃO
ANMIGA	350 pessoas
FEPIPA	50-70 pessoas
AMICE	13 pessoas
AGIR	12 pessoas
AMIMA	28 pessoas
Mandato Coletivo do Distrito Federal	7 pessoas
CIR	56 pessoas

Como é possível identificar pela Tabela 3, ainda que a média de voluntárias e voluntários das iniciativas seja de 75 pessoas, a variação é bastante alta: de 7 pessoas, no caso do Mandato Coletivo do Distrito Federal, a 350, na ANMIGA, cujo trabalho é desenvolvido nacionalmente. De modo geral, as iniciativas atuam localmente e contam com um número baixo de voluntárias e voluntários.

Além das voluntárias e voluntários, que doam seu tempo para as iniciativas, as principais fontes de financiamento são organizações parceiras – nacionais e internacionais –, como o Fundo Elas, o Fundo Brasil de Direitos Humanos, organização proveniente da União Europeia e um único caso de financiamento proveniente do SESI. O Mandato Coletivo do Distrito Federal é o único que menciona ter realizado arrecadação (de R\$ 3 mil) também entre os próprios participantes para despesas burocráticas..

As iniciativas mencionam muita dificuldade em obter financiamentos mais altos, considerando sua própria falta de es-

tabilidade e estrutura. Declaram ainda diversos empecilhos, dos quais os motivos os mais comuns são 1) a falta de uma estrutura institucional robusta para lidar com as exigências burocráticas; 2) o fato de a organização ainda ser nova; 3) a falta de estrutura para dispor de uma pessoa dedicada à captação de recursos; e 4) o fato de ser uma organização com foco em mulheres e liderada por mulheres. Marciane Tabela (AMICE) chama atenção especificamente para as dificuldades burocráticas:

Quando é um edital que exige uma burocracia, uma maior papelada, a gente não consegue acessar. Então a gente precisa capacitar também nesse sentido, de ter as certidões, de poder escrever projetos grandes. – Marciane Tabela (AMICE).

Entre as iniciativas entrevistadas, os valores financiados estão, em geral, entre R\$ 12 mil e R\$ 50 mil, com exceção de uma organização, que recebeu um financiamento de R\$ 250 mil. Apesar dos montantes, foi mencionado que não houve muitas exigências quanto às atividades que seriam realizadas, apenas foi necessária a prestação de contas. Isso pode ter facilitado a participação das iniciativas indígenas nos editais.

7. Desafios e obstáculos: o volume de demandas e urgências

Os desafios para concretizar uma formação começam com a obtenção de financiamento suficiente para cobrir os altos custos de um projeto dessa magnitude, o qual inclui também atividades presenciais, uma vez que, devido ao limitado sinal de internet, o ambiente remoto, em territórios indígenas, não é o formato mais adequado. O fato de que muitos territórios estão em áreas mais remotas também aumenta o custo de deslocamento para esses encontros.

Dos 7 grupos entrevistados, 4 mencionam que, ainda que a formação seja uma atividade que gostariam de oferecer, não conseguiram levá-la adiante até hoje, devido à falta de estrutura e de disponibilidade de recursos necessários. O fato de que o trabalho é realizado por voluntárias e voluntários faz com que não seja possível contar com pessoas aptas

e dedicadas à captação de recursos em editais com mais recursos disponíveis e burocráticos. Portanto, as organizações não conseguem se estruturar para concorrer a valores mais robustos de financiamento. Braulina Baniwa, da ANMIGA, comenta esse desejo e a necessidade de, para concretizá-lo, precisar de mais financiamento.

Olha, tem um sonho nosso. Tivemos procura, já [existe] um mapeamento de quem quer fazer esse processo de formação. Acabou a eleição, já abrimos outra discussão. Então, nós temos grande desejo e sonho de ter grupo de mulheres formada com bolsa para se dedicar para essa formação. – Braulina Baniwa (ANMIGA)

Com tais restrições, das 7 iniciativas, 4 mencionaram que concentraram as atividades na proteção dos territórios, haja vista a situação emergencial de contenção e monitoramento de suas aldeias⁶, incluindo a questão ambiental e da bioeconomia. Ronald Amanay, da FEPIPA, por exemplo, comentou sobre a importância da “demarcação e desintrusão de terras indígenas no estado do Pará”. Diante disso, a promoção de atividades focadas especificamente nos direitos das mulheres ficou em segundo plano.

É sempre importante ressaltar que a chegada das mulheres indígenas à política formal é bastante recente, uma vez que elas enfrentam não apenas desafios relacionados à institucionalidade – como partidos, processos eleitorais etc. –, como também relacionados a aspectos culturais, tais como o papel que se espera delas em suas aldeias e comunidades e o próprio aprendizado da comunicação em português (SEGATO, 2021). Assim, o papel das iniciativas como fonte de informação, precedendo a formação propriamente dita, também foi mencionado. O relatório +Representatividade: Eleições 2020 já havia chamado atenção para o fato de que o incentivo às candidaturas também é um papel importante a ser desempenhado pelas iniciativas, uma vez que ajuda a fazer com que as mulheres se vejam elas próprias como candidatas. Braulina Baniwa (ANMIGA) conta como se dá essa sensibilização.

6. Os problemas relacionados à proteção do território ficaram evidentes, inclusive, no período das entrevistas, quando tivemos remarcações por conta de questões emergenciais de invasão territorial.

Então, nosso trabalho, para além de tentar compartilhar com as parentas sobre diversos partidos, é porque partido A e B, se é centro, esquerda e direita. É também trabalhar que nós, enquanto povos indígenas, podemos estar nesse espaço também, e quando tem parenta. Que esse desafio é estar nesse espaço, é fortalecer que outras mulheres possam trabalhar. – Brulina Baniwa (ANMIGA).

Uma dificuldade relatada pela ANMIGA foi conseguir engajamento dos indígenas para se envolverem com as formações, com o processo eleitoral e também com as candidaturas. Diz Brulina Baniwa:

Como é que eu chamo atenção dos parentes que essa formação pode ajudar não só esse candidato do ano passado, mas como também apoiar outras que virão e essa pessoa ser multiplicadora desse conhecimento? Então, em alguns lugares tivemos muito engajamento dos jovens e das meninas comunicadoras de cada território, de se colocar mesmo, perguntar, de procurar saber como é que faz, como é que não é só trabalhar o nome do candidato. Por isso que eu tô falando, é um espaço cheio de desafio, mas também tem de aprender a colocar essas informações na nossa linguagem. Então, ano passado, foi essa experiência que a gente trabalhou, tentou formar parentes para serem apoiadores dessas parentas indígenas e ao mesmo tempo trabalhar com os não indígenas, que também são nossos apoiadores, mas que pudessem caminhar com a gente na linguagem que estamos construindo. Sim, e trabalhar em conjunto, mas pensando muito na diversidade. Por exemplo, trazer LGBT para a pauta, trazer mulheres mais idosas para a pauta. Mas, ao mesmo tempo, essa formação sobre partido e engajamento ainda é um desafio. – Brulina Baniwa (ANMIGA).

As emergências vividas no cotidiano das lideranças indígenas – muitas delas relacionadas à proteção dos seus territórios – somadas à escassez de recursos e dificuldade em obter financiamento, entre outros aspectos, acabam prejudicando a elaboração de programas de formação e atividades de apoio a candidatas/os. A violência política é outro tema que requer atenção.

8. Desafios e obstáculos: a relação com os partidos

A relação com os partidos costuma ser um dos pontos mais desafiadores para as iniciativas de apoio a candidatas/os. No caso das iniciativas de lideranças indígenas, nenhuma das que integraram a pesquisa afirmou ter uma relação estabelecida e sólida com os partidos. Algumas iniciativas entrevistadas que fizeram campanhas de candidatas e candidatos indígenas na eleição de 2022 contaram ter estabelecido um breve contato. A ANMIGA foi a única que teve uma relação mais próxima, especificamente com o PSOL. Possivelmente, por conta disso, a organização consegue traçar um diagnóstico mais preciso de que é necessário fazer parte da diretoria de um partido para conseguir melhores condições dentro desse sistema, como se nota pela afirmação de Braulina Baniwa.

A gente conseguiu, por exemplo, um diálogo direto com o presidente do PSOL, que é uma agenda de dizer sim. Queremos uma prioridade, esse sim. E mesmo assim a gente não teve muita atenção. Mas quando a gente é novo em qualquer espaço, a gente não é prioridade. – Braulina Baniwa (ANMIGA).

Todas as organizações entrevistadas declararam a importância de se aproximar dos partidos para além das filiações já realizadas para a campanha de 2022, inclusive para identificar os partidos mais abertos às candidaturas de pessoas indígenas. Marciane Tapeba, da AMICE, dá detalhes sobre a situação.

Eu acho que está melhor porque o partido entende o quanto a gente tem aspiração e mobilização, o quanto é importante nossa participação também nessa incidência. Eu digo assim nós fomos criados porque no meu município a gente é filiado. Nos outros municípios a gente consegue ter esse controle, entende? Até porque cada um se filia no partido que se sente mais à vontade. Mas eu acho que a gente precisa fazer uma discussão. Isso tem que ser a nível nacional, tem que ser a discussão mais ampla, de pensar em um partido indígena ou de pensar em direcionar os parentes para se filiar a um partido específico. Porque eu acho que isso daria mais força para que a gente pudesse ter eleições mais concisas

e conseguir chegar mesmo nos municípios, nos estados, e ter uma maior amplitude nessa atuação. – Marciane Tapeba (AMICE).

Maria Elena Gavião, da AMIMA, ainda destaca outra preocupação, que faz com que a aproximação das iniciativas com a vida partidária se torne bastante importante.

Porque não adianta a gente colocar uma pessoa só para ser laranja. Eu acho que tem que ter esse conhecimento sobre o partido, como é que funciona, como é que vai ser. A gente tem esse pensamento e esse cuidado, também. – Maria Elena Gavião (AMIMA).

Ainda que identifiquem a necessidade de trabalhar alinhadas aos partidos, uma vez que eles têm recursos (por exemplo, financeiros) que as iniciativas não têm, podendo, portanto, dar apoio às candidaturas⁷, as iniciativas entendem que, como tais, uma de suas vantagens em relação aos partidos está no acesso às comunidades indígenas e estabelecimento de um diálogo com elas. Nesse sentido, as lideranças convivem com a busca por autonomia/auto-representação, ao mesmo tempo em que se deparam com o desafio de terem que ser representantes de toda uma ideia de “comunidade indígena”, conforme ressalta Braulina Baniwa, da ANMIGA.

Esse diálogo com as mulheres é mais próximo, íntimo e de confiança. A gente consegue fazer e eles não, nunca vão conseguir. Então a gente precisa fazer essa ponte. – Braulina Baniwa (ANMIGA).

Airy Galvão, do Mandato Coletivo do Distrito Federal, concorda com a questão da proximidade e da presença mais frequente.

E o partido também é outro, que, quando vai se aproximando das eleições, fica aquela coisa de fazer reunião, de estar junto, mas não é aquela coisa orgânica, entende? Da gente estar fazendo o ano todo, vendo o que vai dar certo, o que não vai. Então eu acho isso, muito de estar nos lugares,

7. Uma das demandas de recurso mais mencionadas nas entrevistas diz respeito ao financiamento para cobrir os custos de transporte, uma vez que as/os candidatas/os precisam percorrer muitos locais distantes.

porque quando chega essa época a gente não tem que ficar pedindo voto e já sabe que a gente fez um trabalho de base, um social com eles. – Airy Galvão (Mandato Coletivo do DF)

As iniciativas reconhecem que é necessário estreitar laços com os partidos, assim como identificam seu papel fundamental para que o partido também esteja mais próximo das lideranças indígenas com chances de serem eleitas. Tal aproximação é uma das ações previstas para o futuro próximo.

Diferentemente da forma como muitas candidatas/os entrevistadas/os na pesquisa +Representatividade, conforme pode ser lido no relatório sobre candidatas/os, apenas uma iniciativa (AGIR) referiu-se à questão da liberação e divisão dos recursos eleitorais em atraso.

Além da difícil relação com os partidos, das iniciativas entrevistadas, algumas também mencionaram dificuldades com os próprios parentes. Por exemplo, as líderes de AMICE e ANMIGA relataram que alguns caciques homens impuseram restrições para que transitassem em territórios indígenas, conforme conta Marciane Tapeba (AMICE).

O que acontece normalmente é o silêncio, né? A maioria das vezes é o silêncio. E a gente precisa entender que a gente precisa se apoiar nesse espaço também de não querer. Muitas vezes, a pessoa não quer se comprometer, não quer bater de frente com cacique, com liderança e tal. Sim, mas a gente precisa pensar estratégias que possam nos fortalecer enquanto mulheres, enquanto coletivo. – Marciane Tapeba (AMICE)

9. Impactos e aprendizados

As iniciativas apresentaram perspectivas diferentes sobre o que entendem como um impacto positivo de sua atuação. Para a AMIMA, a medição de impacto se dá pela adesão de mais mulheres na organização. Para a AGIR, o termômetro é o mesmo, mas inclui também o aumento da participação das mulheres na política e o número das que buscam as oficinas. Já a ANMIGA mede seu impacto com foco na conscientização do papel político, avaliando se as mulheres

estão aumentando sua percepção sobre a própria capacidade de liderar, mesmo que isso não passe por conversas explicitamente sobre política.

De maneira distinta, a AMICE avalia os impactos de seu trabalho observando as atividades realizadas e a ocupação dos espaços de poder dentro do Estado. De forma mais pragmática, a iniciativa Mandato Coletivo do Distrito Federal acredita que, de fato, o número de votos é a medida para o sucesso de seus esforços. Por fim, a FEPIPA tem uma leitura sobre os impactos que está mais conectada com a recepção por parte das/os indígenas, como diz o líder Ronaldo Amanay (FEPIPA).

Digo que todas as ações que a gente está fazendo tão dando muito certo, porque o povo aceita e não reclama, porque quando ele não aceita, ele reclama e grita logo, ele não deixa passar o tempo – Ronaldo Amanay (FEPIPA).

As iniciativas entendem que têm um papel importante no fortalecimento da representação de pessoas indígenas. Assim, elas consideram que contribuem para as/os candidatas/os, mostrando-lhes que estarão juntas/os, em grupo, apoiando-se mutuamente, passando a se entender como parte integrante da iniciativa. Elas se vêem também como motivadoras e orientadoras no processo eleitoral, ampliando o alcance das candidaturas por meio de suas articulações e fortalecendo-as. Marciane Tapeba (AMICE) destaca a questão do alcance territorial.

Eu acho que é a maior contribuição, esse alcance aos territórios, porque nós temos povos aqui no estado do Ceará que estão no sertão, no sertão central, nós temos povos no litoral, na região metropolitana. – Marciane Tapeba (AMICE).

Para muitas, a contribuição para as comunidades indígenas passa a estar bastante relacionada ao apoio às mulheres indígenas, a uma participação maior da população indígena na política, à visibilidade de pessoas indígenas nos estados e a poder representar a comunidade.

Em relação à democracia, foi mencionada com mais frequência a ideia de que a participação das pessoas indígenas na política é, por si mesma, um benefício para o bom funcionamento democrático, como também a colaboração para a efetivação dos direitos, como mencionado por Fabrycia Sabane (AGIR).

A democracia só tem realmente a ganhar com os indígenas na política, na política de conservação, de manutenção, de direito, de proteção da floresta. Então, é essa política que a gente busca melhorar, que a gente vê que no Brasil a gente pouco se vê. Agora é a questão do cuidado com a natureza. A gente ouve falar muito sobre mudanças climáticas, mas pouco se tem feito em leis para proteger a natureza. Na política de conservação, de manutenção, de direito, de proteção da floresta. – Fabrycia Sabane (AGIR).

Além disso, mencionam que, ao trabalhar pelos direitos das mulheres, a iniciativa também está contribuindo para a democracia.

Os aprendizados entre as 3 organizações que estiveram envolvidas mais diretamente com as eleições⁸ foram o amadurecimento de estratégias para as campanhas, desde falar em público para não indígenas, articular melhor as candidaturas e ter qualidade no ambiente profissional com as equipes de candidatas/os. Dos aprendizados, um denominador comum é a importância da ocupação dos espaços da política institucional, como ocorreu com o Ministério dos Povos Indígenas e a FUNAI, além do espírito de união entre a comunidade indígena.

10. Projetos para o futuro

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência em 2022, houve uma mudança de perspectiva – aparentemente positiva – entre as organizações indígenas. As entrevistas para esta pesquisa ocorreram em um período semelhante ao das nomeações para o Ministério dos Povos Indígenas e para a FUNAI, assim como em data próxima à organização do ATL. Dessa forma, muitas das iniciativas entrevistadas estavam em Brasília no período, participando de reuniões e articulações com pessoas recém-empossadas

8. Entre as 7 iniciativas, em 3 delas houve envolvimento maior das lideranças entrevistadas com campanhas políticas.

em cargos públicos. Uma de nossas entrevistadas chegou a mencionar que recebera um convite – ainda não formalizado – para ocupar um cargo no governo. Havia otimismo sobre as mudanças, com a avaliação de que haveria mais participação de indígenas nas estruturas do Estado, em um governo que está mais aberto a essa causa. Isso também seria resultante de uma mobilização das organizações.

A expectativa é de que haverá, de fato, boas notícias para as iniciativas. Três lideranças – de ANMIGA, AGIR e AMIMA – acham que o prognóstico prevê algumas possibilidades:

Se tivermos uma lei específica para mulheres indígenas sobre discriminação de violência de gênero. Pra gente é um grande passo, e a reserva [de vagas no Congresso Nacional] também. [Reserva] do fundo [de campanha], também, para candidaturas das mulheres indígenas. – Brulina Baniwa (ANMIGA)

A gente vê que a gente já começa a ver esse fortalecimento através de alguns editais. Antes, a gente quase não tinha edital voltado para as mulheres, para a juventude. Hoje, a maioria dos editais, das ONGs e até mesmo da Petrobras, a gente vê que é mais voltada para as mulheres e para a juventude. Então isso acho que é nesse momento, dessa atual gestão. A gente tem que aproveitar essas oportunidades pra gente estar se fortalecendo. – Fabrycia Sabane (AGIR)

Principalmente nossa ministra Soninha, que também foi uma das pessoas que criou a AMIMA. Então, a gente vai ter esse momento. É, na verdade, tranquilidade. Não sei. Mas sei que antes a gente não tinha. – Maria Elena Gavião (AMIMA)

Mesmo diante de uma conjuntura considerada favorável, a maior parte das iniciativas não tem ainda um programa já estruturado especificamente para as eleições municipais de 2024. De qualquer forma, elas já sabem que irão participar do processo eleitoral apoiando candidaturas, desejam desenvolver a formação e estão em diálogo permanente com as lideranças indígenas. Fabrycia Sabane, da AGIR, conta que elas estão analisando possíveis lideranças que queiram se candidatar.

A gente ainda está em conversa com essas mulheres que a gente sabe que têm esse interesse de estar participando da política. – Fabrycia Sabane (AGIR)

Braulina Baniwa (ANMIGA) menciona a questão do financiamento:

[Estamos] tentando construir um projeto e tem que tentar capitanear recursos, recurso para essas formações” – Braulina Baniwa (ANMIGA).

Todas elas têm a expectativa de que o número de candidaturas apoiadas irá aumentar nas próximas eleições.

Contudo, para desempenhar esse trabalho de apoio e formação, as iniciativas consideram fundamental conseguirem financiamentos mais robustos.

Os valores calculados pelas organizações como o necessário e o ideal para desenvolverem seu trabalho variam de R\$ 50 mil a R\$ 50 milhões, como é possível ver na Tabela 4. Isso não apenas está relacionado às diferentes abrangências territoriais das iniciativas, mas também às suas ambições no que diz respeito ao trabalho que desejam fazer.

Tabela 4 - Recursos financeiros necessários para realização do trabalho no futuro

ORGANIZAÇÃO	RECURSOS
AMIMA	R\$ 50 mil a 60 mil
AGIR	R\$ 50 mil a 100 mil
ANMIGA	R\$ 3 milhões a 5 milhões R\$ 50 milhões (ideal)
MANDATO COLETIVO DO DF	R\$ 20 mil a 50 mil
FEPIPA	R\$ 1 milhão
AMICE	R\$ 200 mil

11. A experiência de candidatura de uma mulher indígena⁹

Vanessa Xerente tem 33 anos e foi candidata pela terceira vez em 2022. Nas outras vezes, havia concorrido ao cargo de vereadora em sua cidade, no Tocantins. Nas últimas eleições, em 2022, disputou uma vaga para deputada federal. Até 2020, Vanessa Xerente era filiada ao PV e, nestas elei-

ções, filiou-se à REDE. Ela não participou de nenhuma iniciativa de apoio a candidatas/os.

O início de sua trajetória já mostra que existem alguns desafios que são maiores para pessoas indígenas, como o próprio aprendizado da língua. Na entrevista, ela contou: “Vim para o Tocantins para aprimorar o português, pra que eu pudesse continuar lutando em prol das mulheres indígenas. [Vim] obrigada. E confesso que o primeiro contato como indígena dentro de uma sala de aula foi bastante tenso.”

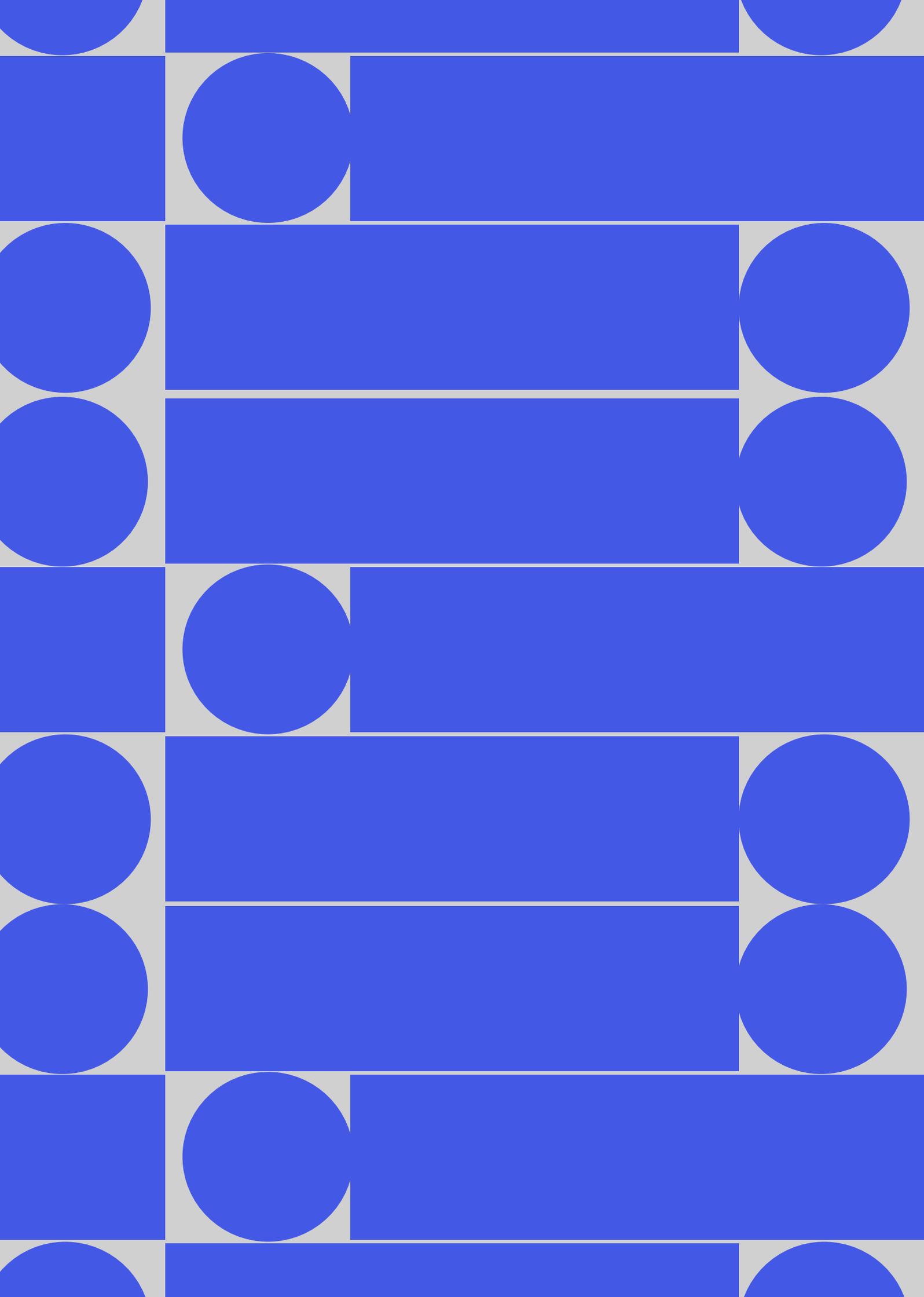
Ao ganhar autoconfiança se expressando na língua portuguesa, Vanessa Xerente se tornou uma liderança na escola, o que acabou abrindo as portas para o início de sua vida na política, com a participação no movimento estudantil. “E aí eu vi que o meu dom era ser política.” A candidata também mencionou a Marcha das Mulheres Indígenas como um evento fundamental para o fortalecimento de sua militância, assim como destacou a relevância de exemplos de sucesso, como o de Sonia Guajajara.

“Na segunda marcha eu fui. Participei ativamente com as manas. Com isso, começou a se criar o movimento Aldear o nosso país. Precisamos criar a Bancada do Cocar. Precisamos colocar mulheres. Precisamos trazer em evidência essas mulheres”, disse, na entrevista.

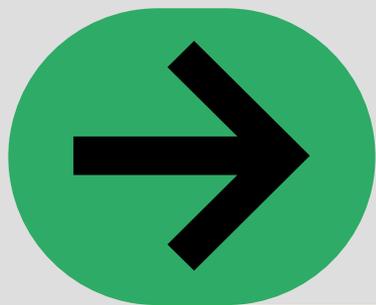
Em 2022, ela foi convidada para se candidatar e, apesar de ter resistido em um primeiro momento, acabou tendo muito estímulo de outras mulheres da militância, o que fez com que mudasse de ideia. Ao final, obteve 778 votos, mais do que estava esperando, mas insuficientes para conseguir uma vaga. Sem ter tido apoio do partido, seja em financiamento, seja pelas lideranças, ela atribui o resultado à falta de dinheiro e equipe para a campanha. “Em até algum momento eu pensei em desistir, mas faltavam uns 20 dias.”

9. Uma vez que a trajetória de mulheres indígenas na política partidária se encontra em um estágio de fortalecimento, optamos por inserir informações desta entrevista no relatório de iniciativas.

A organização de pessoas indígenas de diferentes etnias em torno da agenda política não é uma novidade, com o aumento de sua incidência desde a Constituição de 88. No entanto, os últimos anos viram nascer — e se fortalecer — um movimento que considera que a participação na política formal, para



3



CONSIDERAÇÕES

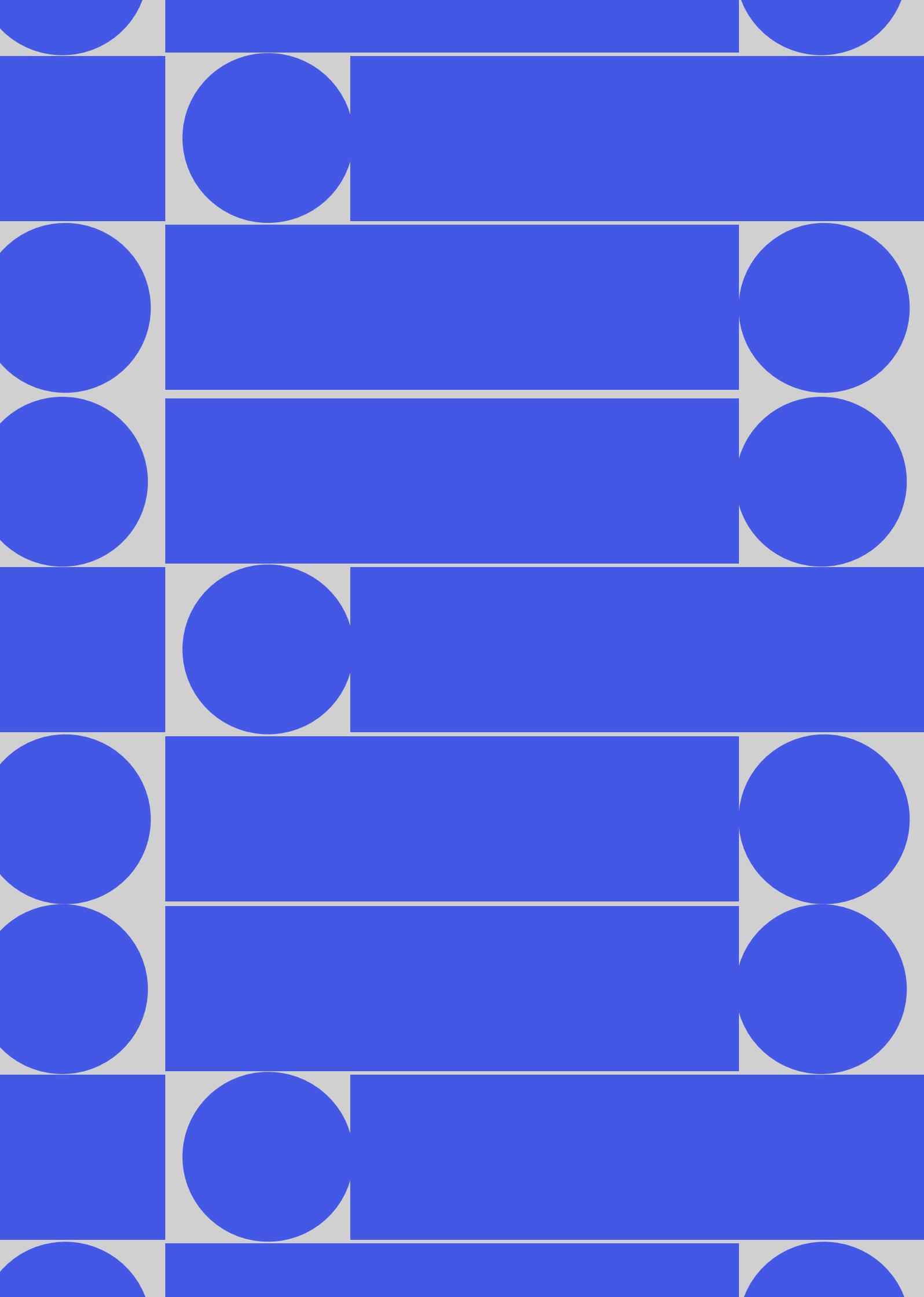
FINAIS

além do movimento de pressão, especificamente lançando e apoiando candidatas/os, é fundamental para que ocorram mudanças efetivas na situação desse grupo da população.

As 7 iniciativas de lideranças indígenas entrevistadas para este Relatório demonstram enorme vontade de aumentar a autonomia para, elas mesmas, defenderem nas instâncias de poder agendas consideradas fundamentais, tais como a proteção ao território e ao meio ambiente e a garantia dos direitos das mulheres indígenas.

Neste contexto, a maior parte das iniciativas entrevistadas está voltada sobretudo para atender e apoiar mulheres, procurando, inclusive, identificar novas lideranças que possam se tornar candidatas em eleições futuras. O resultado das eleições para a Câmara, com 4 mulheres indígenas eleitas em 2022, bem como a ocupação de postos no governo, tais como no Ministério dos Povos Indígenas, indica que o movimento tem dado resultados.

Para 2024, as organizações demonstram interesse em criar programas de formação que ajudem a preparar e a eleger mulheres indígenas. No entanto, ainda esbarram na falta de financiamento e de estrutura, que, de alguma forma, impede o fortalecimento dessas iniciativas.

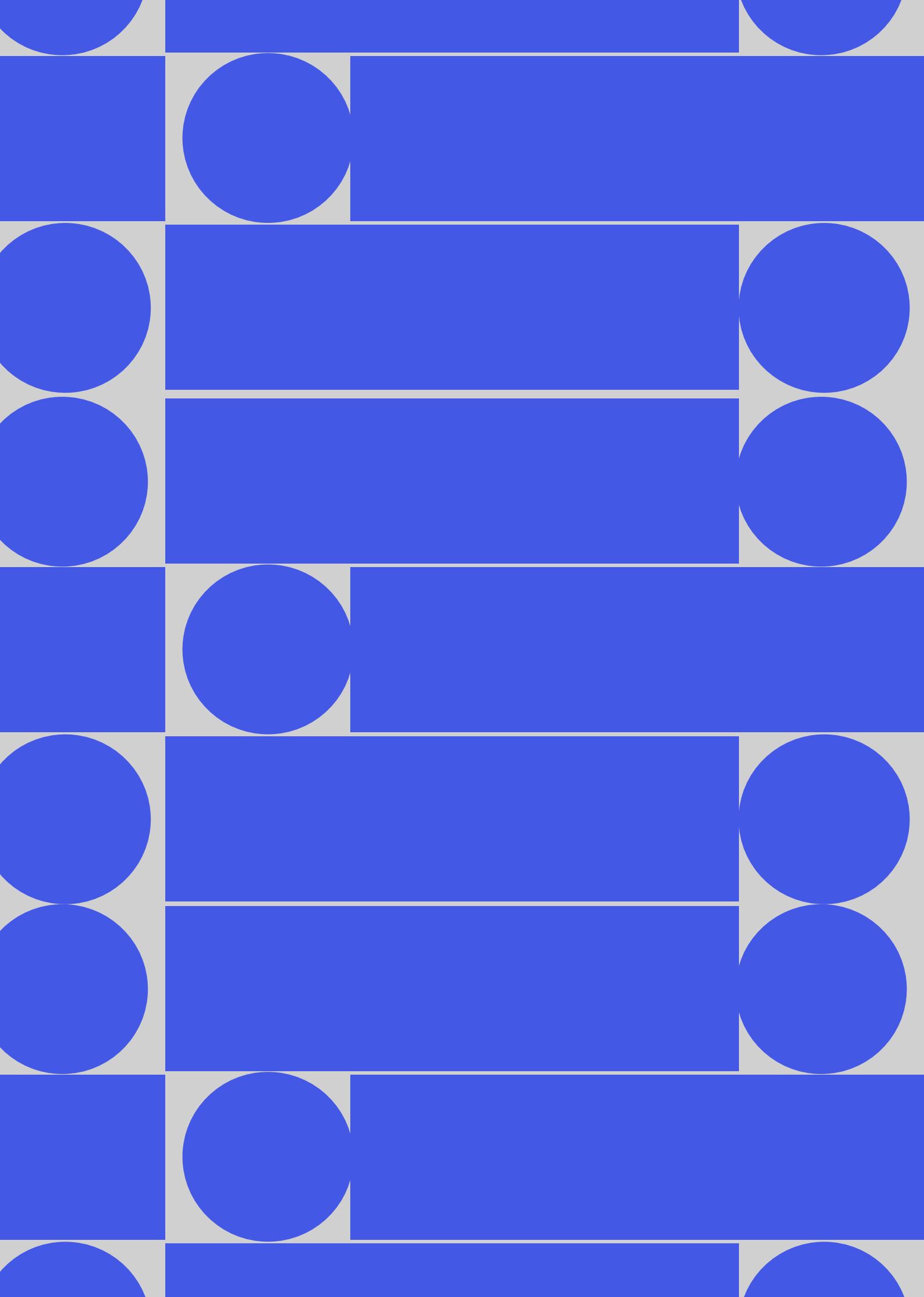


REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PndH-3)**. Brasília: SDH/Pr, 2010. Disponível em: www.pndh3.sdh.gov.br. Acesso em: 4 maio. 2023.

GATTO, M. A. C.; RUSSO, G. A.; THOMÉ, D. **+Representatividade**: relatório. São Paulo: Instituto Update, 2021. 214 p., il.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios**: e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.



PESQUISA

Coordenação geral da pesquisa e texto

Débora Thomé

Malu A. C. Gatto

Assistentes de pesquisa - sênior

Caroline Caldas

Flavia Bozza Martins

Assistentes de pesquisa - júnior

João Gabriel Leal

Mayres Pequeno

Coordenação de pesquisas - Instituto Update

Marcelo Bolzan

PUBLICAÇÃO

Redação/ Edição

Débora Thomé

Malu A. C. Gatto e

Pesquisa/ Redação

João Gabriel Leal

Mayres Pequeno

Revisão

Claudia Cavalcanti

Produção editorial

Dany Fioravanti

Marcelo Bolzan

Projeto gráfico e diagramação

Tamires Mazzo

EQUIPE UPDATE

Alejandra Parra

Carolina Althaller

Dany Fioravanti

Dardo Ceballos

Ingrid Farias

Nadja Aguiar

Suane Barreirinhas

Resumo Executivo

Relatório 01 - Diversidade nas eleições: pessoas candidatas e eleitas

Relatório 02 - As preferências do eleitorado: diversidade

Relatório 03 - As preferências do eleitorado: escolha do voto

Relatório 04 - Iniciativas de apoio à candidatas e candidatos

Relatório 05 - Iniciativas de lideranças indígenas

Relatório 06 - O que nos contam as candidatas e candidatos

Relatório 07 - O que nos contam as lideranças partidárias

**+REPRE
SENTATI
VIDADE**

INSTITUTO **UPDATE**